



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-002975.989.20-3



12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2022, NO AUDITÓRIO "PROFESSOR JOSÉ LUIZ DE ANHAIA MELLO".

PRESIDENTE – Conselheiro Renato Martins Costa

RELATOR – Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – Rafael Antonio Baldo

SECRETÁRIO – Sérgio Ciquera Rossi

PROCESSO - 98 TC-002975.989.20-3

PREFEITURA MUNICIPAL: Rifaina.

EXERCÍCIO: 2020.

PREFEITO: Hugo César Lourenço.

ADVOGADO: Washington Fernando Karam (OAB/SP nº 98.580).

PROCURADORA DE CONTAS: Renata Constante Cestari.

FISCALIZAÇÃO ATUAL: UR-17

PRESIDENTE – Senhores Conselheiros, Senhor Procurador do Ministério Público de Contas e Senhor Secretário-Diretor Geral. No **item 98** há pedido de sustentação oral a ser proferida por videoconferência pela doutora Alessandra Carlos, que já nos ouve.

Cumprimento a ilustre Advogada e passo a palavra ao Conselheiro Relator.

RELATOR - Senhor Presidente, Senhor Conselheiro, Senhor Procurador do Ministério Público de Contas e Senhor Secretário-Diretor Geral.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-002975.989.20-3



Tratam os autos das contas anuais da Prefeitura Municipal de Rifaina, relativas ao Exercício de 2020.

(RELATÓRIO JUNTADO AOS AUTOS)

PRESIDENTE - A defesa tem a palavra pelo prazo regimental.

DRA. ALESSANDRA CAROS - Excelentíssimo Senhor Presidente, Doutor Renato Martins Costa, Excelentíssimo Senhor Relator, Doutor Samy Wurman, Excelentíssimos Senhores Conselheiros, respeitável Secretário-Diretor Geral, ilustríssimo Representante do Ministério Público de Contas, Doutor Rafael Baldo, meus cumprimentos extensivos aos estudantes de Direito e a todos que acompanham a presente Sessão.

Quero registrar primeiramente que é sempre uma honra estar perante Vossas Excelências e neste ato reverenciando a efetividade das ferramentas colocadas à disposição da advocacia, possibilitando a defesa através de videoconferência, consagrando o princípio constitucional da ampla defesa.

Analisando os autos nota-se que após a apresentação da defesa os autos tramitaram pelos órgãos técnicos operacionais desta Corte e receberam em todos, ATJ Econômica e Chefia, manifestação pela emissão de parecer favorável corroborando o apresentado nas justificativas por esta defesa.

No entanto, o Ministério Público de Contas manifestou-se pela emissão de parecer desfavorável, posto que no seu entendimento houve infração eleitoral e inaplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante à autorização de implantação de programa de recuperação fiscal. Fundamentou-se no aparecer no artigo 73, parágrafo 10 da Lei 9.504/97 e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-002975.989.20-3



artigo 14 da Lei Complementar 101/00, razão pela qual nos deteremos nesta sustentação a rechaçá-los.

Porém, antes de adentrarmos no mérito dessas questões é importante recordarmos que o ano de 2020 foi atípico posto o estado pandêmico ocasionado pelas SARS-Covid, levando os gestores a tomarem medidas contingenciais, emergenciais e urgentes, com consequências sanitárias e econômicas.

Em razão do cenário apresentado em alguns países da Europa e Ásia a Organização Mundial de Saúde já em janeiro daquele ano emitia declaração internacional para os demais países a fim de que adotassem medidas preventivas e restritivas, alertando-os das consequências que poderiam advir. Em março daquele ano e já com previsão de decretação de estado de calamidade pública, houve a edição de medidas cautelares e decretos a nível federal e estadual que norteavam os municípios.

No mérito das contas em análise e com o escopo de aumentar a receita tributária a Câmara Municipal de Rifaina deliberou sobre proposição que autorizava a implantação de programa de incentivo para pagamento e parcelamento de débitos fiscais no município. Frisa-se aqui, e é importante deixar consignado que referido programa albergava tão somente a isenção das penalidades pecuniárias, ou seja, as multas, os juros e as correções monetárias, restando inalterado o crédito tributário principal.

Tal medida foi adotada por vários municípios e estados, não sendo exclusividade do município em análise, que resguardando-se, editou a norma no início daquele mês, porém só a aplicou após as edições de normativas hierárquicas que a amparavam, tais como a medida cautelar deferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 6357.

Nesse diapasão seria um contrassenso admitir que a edição de legislação com o intuito de alavancar receitas fosse considerada como renúncia das mesmas, e nesse raciocínio não há que se falar em vedação eleitoral,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-002975.989.20-3



tampouco de desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal; primeiro, porque para que se caracteriza o abuso de poder econômico contido no artigo 73 da Lei 9.504, haveria de se provar o liame entre a ação do pretendo candidato a favor de sua candidatura, sendo incontestável que a situação fático jurídica em análise em nada se equipara ao enquadramento dessa vedação.

Intenta-se mencionar também que nesse contexto o Tribunal Superior Eleitoral já se pronunciou no sentido de que redução de impostos para determinado setor econômico não se caracteriza como abuso, mas sim a ato complementar no planejamento governamental. E apesar da dificuldade hermenêutica na interpretação das normas, mister distinguirmos planos e projetos de governo de iniciativas eleitoreiras, essas últimas que não podem ser presumidas a fim de penalizar o bom gestor.

Concluimos que o abuso de poder econômico exige para sua configuração potencialidade lesiva da conduta apta a influir no resultado do pleito, o que de fato não ocorreu. De igual modo, a inaplicabilidade do Artigo 14 e incisos da Lei de Responsabilidade Fiscal, senão vejamos, programas de recuperação fiscal não podem ser qualificados como renúncias de receitas, sendo certo que Refis, em linhas gerais, constitui um incentivo para os contribuintes quitarem seus débitos com o resultado esperado de aumentar a receita e não diminuí-la.

Visam reduzir o estoque de créditos, muitos desses inexecutáveis, seja pelo custo da demanda judicial, seja pelo insucesso da execução que restam arquivadas, ou seja, o município, além de não reduzir o estoque dos créditos, aumenta sua despesa com o custo de uma judicialização, restando incontroverso também que a implantação de incentivo fiscal, principalmente em ano pandêmico, em que muitos foram afetados economicamente, foi a melhor, senão a única alternativa do município para aumentar a sua receita tributária.

Assim, podemos extrair que juridicamente o Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal não se aplica ao caso uma vez que apenas se impõe apresentação de impacto orçamentário quando a proposição acarreta aumento



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-002975.989.20-3



de despesa ou algum prejuízo. E ainda que possua caso de aplicabilidade de referida Norma, no ano de 2020 tal obrigação foi dispensada em face da medida cautelar acima citada. Aqui não cabe a alegação ministerial de extinção por fato superveniente de referida medida uma vez que a extinção se baseou justamente na promulgação da Emenda Constitucional nº 106/2020 e que ratificou o que já havia sido deferido pelo Supremo Tribunal Federal.

Ressalta-se mais uma vez que o programa de incentivo implementado pelo Município de Rifaina tratou apenas de penalidades pecuniárias, que não podem ser confundidas com o tributo propriamente dito.

Somando-se a esses pontos deve-se levar em conta a austeridade do gestor que embora enfrentando uma crise sanitária e econômica encerrou o Exercício com superavit e bons resultados econômicos e patrimoniais, frente ao compromisso da máquina administrativa com o bom funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Referidas medidas de austeridade implementadas pela atual gestão resultaram na manutenção dos índices governamentais e na aplicação das obrigações constitucionais com correta aplicação dos índices legais na Saúde, Educação, recursos do FUNDEB e gastos com o magistério. Houve o correto pagamento de precatórios e débitos de pequena monta, as transferências do duodécimo para a Câmara Municipal e o estrito cumprimento dos percentuais impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante a gastos com pessoal.

Tecidas essas justificativas e pedindo vênias para sejam analisadas com sensibilidade, ressaltamos os bons índices de aspectos econômicos, financeiros e patrimoniais apontados na auditoria e ratificado pelos órgãos técnicos deste egrégio Tribunal na emissão dos seus pareceres opinativos.

Ademais, ante a equivocada interpretação legal da fundamentação jurídica apresentada pelo Ministério Público, conforme acima



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-002975.989.20-3



exposto, resta comprovado que não se verificam nas contas em análise qualquer ocorrência com gravidade suficiente para ensejar a emissão de parecer desfavorável, penalizando tão gravemente o gestor.

Para finalizar, essa defesa reitera todos os argumentos dispendidos na apresentação das justificativas concernentes aos outros pontos consignados na auditoria. Por todo exposto e apelando pelo sempre presente bom senso de Vossas Excelências, clamamos de forma derradeira para que se reconheça o equilíbrio dos resultados apresentados pela Prefeitura Municipal de Rifaina, na esteira das manifestações exaradas, para que esta respeitável Câmara, com a soberania e compreensão que lhes é peculiar, possa emanar a emissão de parecer favorável por ser medida da mais lúdima justiça.

Era o que me cabia expor nesta oportunidade, mais uma vez agradecendo a preciosa atenção dispensada por Vossas Excelências.

PRESIDENTE – O Tribunal que agradece a Vossa Excelência, Doutora Alessandra. A palavra retorna ao Senhor Relator.

RELATOR – Senhor Presidente, em respeito à argumentação da defensora, vou retirar o processo de pauta.

PRESIDENTE – Perfeitamente. Retorna o item 98 ao Gabinete do Senhor Relator.

DECISÃO CONSTANTE DE ATA: Apresentado o relatório pelo Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, Relator, a Doutora Alessandra Carlos, advogada, produziu sustentação oral, após o que, a pedido do Relator, foi o presente processo retirado de pauta, devendo ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-002975.989.20-3



encaminhado ao Gabinete da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, para os fins do disposto no artigo 105, inciso I, do Regimento Interno, conforme exposto nas **correspondentes notas taquigráficas**, juntadas aos autos.

Taquígrafa: Anahy

SDG-1-ESBP